



**EDITAL DE PREGÃO Nº 018/2015**

**PROCESSO Nº 3924/2015**

**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL**

**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, inscrita no CNPJ sob o nº 29.138.294/0001-02, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, tipo **Menor Preço Por Item**, para atender suas necessidades, conforme descrito neste Edital e seus anexos, de acordo com a Lei 10.520/02 e de conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

Os envelopes contendo a Proposta de Preço e a Documentação de Habilitação para o objeto definido neste Edital e respectivos anexos, devem ser entregues nos seguintes local, data e horário:

**LOCAL: Prefeitura Municipal de Paracambi**

**DATA: 03 de setembro de 2015**

**HORA: 10:00 horas**

#### **1- DO OBJETO:**

**1.1.CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS TÉCNICO PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS: AVALIZAÇÃO ESTRUTURAL, LEVANTAMENTO DE SITUAÇÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E LÓGICAS, LEVANTAMENTO DE SITUAÇÃO DE HIDROSANITÁRIA, LEVANTAMENTO DE SITUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES, LEVANTAMENTO DOS SISTEMAS DE CLIMATIZAÇÃO E DA BLINDAGEM PARA EQUIPAMENTOS DE RAO X, TODOS OS PROJETOS EM AUTOCAD, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.**

#### **2- DO CREDENCIAMENTO**

2.1. O representante legal de cada licitante deverá, no horário indicado no preâmbulo deste Edital, apresentar-se ao Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, munido de sua carteira de identidade ou de outra equivalente, e de documento que lhe dê plenos poderes para formular ofertas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recurso, renunciar ao direito de interpor recurso, enfim, para praticar em nome da licitante todos os atos pertinentes a este Pregão.

2.2. Considera-se como representante legal qualquer pessoa habilitada pela licitante, mediante estatuto/contrato social, ou instrumento público/particular de procuração.

2.3. Em se tratando de instrumento particular deverá estar acompanhado do Estatuto ou Contrato Social da licitante para fins de identificação do outorgante e dos poderes específicos, o mesmo ocorrendo em face do instrumento público, caso seja feita referência ao Estatuto.



2.4. As licitantes que se fizerem representar por procurador e cujo respectivo estatuto ou contrato social estabeleça a assinatura dos sócios em conjunto devem apresentar procuração assinada pelos sócios indicados no estatuto ou contrato social, não sendo permitida assinatura isolada de apenas um deles.

2.5. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da licitante proponente, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

2.6. Caso o estatuto ou contrato social da licitante estabeleça a assinatura dos sócios em conjunto e a representação for feita somente por um deles, além do documento descrito na alínea anterior, deverá ser apresentado, conforme o caso, instrumento público/particular de procuração, outorgado pelos demais sócios, no qual estejam expressos os seus poderes.

2.7. O representante legal da licitante que não obtiver o seu credenciamento ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interpor recurso, enfim, para representar a licitante na sessão pública de pregão.

2.8. A licitante que não se fizer representar participa do certame apenas com a sua proposta escrita.

2.9. Os documentos de credenciamento deverão ser entregues separadamente dos envelopes Proposta e Documentação.

2.10. O credenciado não poderá representar mais de uma licitante.

### **3- DO PRAZO DE REALIZAÇÃO DO OBJETO**

3.1 O período de execução dos serviços será o da vigência do contrato, que compreenderá todo o exercício de 2015, prorrogável na forma do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

3.2 O prazo para o início da prestação do serviço será de acordo com o termo de referência, contadas do recebimento da ordem de serviço.

3.3 A ordem de serviço poderá ser emitida por escrito, mediante contra recibo, e-mail, por fax ou por outros meios de comunicação que possibilite a comprovação do recebimento. A ordem de serviço feita por telefone deverá ser reduzida a termo e ser subscrita pelo agente público responsável e pelo representante da contratada;

### **4- DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.**

4.1. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº123, de 14/12/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, conforme Item 8.2 deste Edital, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem 4.1.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

4.3. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.



4.4. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

4.4.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

4.4.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 4.4.1., serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem.

4.3, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

4.4.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre no intervalo estabelecido no subitem 4.3, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.4.4. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, em sessão pública, após verificação da documentação de habilitação.

4.4.5. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

4.4.6. A micro-empresa ou empresa de pequeno porte que usufruir dos benefícios de que trata a LC 123/2006 deverá apresentar, na forma da lei, juntamente com os documentos de habilitação, declaração de que é microempresa ou empresa de pequeno porte, em conformidade com o modelo anexo ao Edital.

## **5- DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES**

5.1. Nos dias, hora e local fixados no preâmbulo deste Edital, os representantes legais das licitantes deverão entregar ao Pregoeiro, simultaneamente, a Declaração que cumpre os requisitos de habilitação e os envelopes: Proposta e Documentação, em separado, ambos, fechados e rubricados no fecho, contendo em suas partes externas e frontais, além da razão social da licitante, o endereço completo e o número do telefone, os seguintes dizeres:

### **ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2015 - FMS**

**DIA E HORA DA LICITAÇÃO:**

**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE, ENDEREÇO COMPLETO E O**

**NÚMERO DO TELEFONE (dispensável, se o envelope for timbrado e contiver essas informações).**

### **ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2015 - FMS**

**DIA E HORA DA LICITAÇÃO:**

**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE, ENDEREÇO COMPLETO E O**

**NÚMERO DO TELEFONE (dispensável, se o envelope for timbrado e contiver essas informações).**



## **6. DA PROPOSTA DE PREÇO**

6.1. A proposta de preço deverá preencher os seguintes requisitos:

6.1.1. Deverá ser apresentada em 01(uma) via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, preferencialmente em papel timbrado do proponente e redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, datilografada ou impressa através de edição eletrônica de textos, devidamente datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo proponente ou seu representante legal cuja representatividade será verificada, conforme o caso, através dos documentos citados nos subitens 2.2 a 2.6 do presente Edital.

6.1.1.1. Quando a licitante não se fizer representar na sessão, deverá enviar, juntamente com a proposta de preço, os documentos exigidos nos subitens 2.2 e 2.6 do presente edital, conforme o caso, a fim de comprovar a legitimidade de quem assina a proposta.

6.1.2. Indicar nome ou razão social do proponente, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último, se houver, para contato.

6.1.3. Conter o valor global estimado para os serviços, conforme Termo de Referência - Modelo de Proposta de Preço. Os valores deverão ser expressos em moeda nacional.

6.1.4. Conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

6.1.5. Conter o nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante e o nome, número de identidade, do CPF e telefone da pessoa habilitada para assinar o termo contratual, não implicando, a sua ausência, desclassificação da licitante.

6.2. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos.

## **7. DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

7.1. Serão desclassificadas as propostas incompletas, que contiverem rasuras, que não atenderem às especificações mínimas ou que forem incompatíveis com os requisitos e condições fixadas no Edital e seus Anexos.

7.3. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, e ainda as propostas que oferecerem preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, bem como aquelas que, após a fase de lances/negociação apresentarem cotações superiores ao preço máximo aceitável de R\$144.800,00(Cento e quarenta e quatro mil e oitocentos reais), conforme orçado no exercício de 2015.

## **8. DA DOCUMENTAÇÃO – ENVELOPE Nº 02**

8.1. A Documentação de Habilitação deverá ser entregue em envelope individual, devidamente fechado e rubricado no fecho, identificado conforme o indicado no item 6.2 deste Edital.

8.1.1- O proponente deverá apresentar os seguintes Documentos de Habilitação da presente licitação:

- a) Declaração que não possui menores de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16(dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14(quatorze) anos;
- b) Declaração de Fatos Supervenientes;

8.2- Habilitação Jurídica:



- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;
- f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- g) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

#### 8.3- Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, abrangendo a certidão de Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND);
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, acompanhada da PG5- Certidão de Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Estado;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- f) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

#### 8.4- Qualificação Técnica:

8.4.1 Será exigida, no processo licitatório, a comprovação de capacitação técnica das interessadas em participar do certame. A comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da licitação será feita através de pelo menos um atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado;

8.4.2- A exigência de comprovação de experiência anterior da licitante é imprescindível e pertinente para a segurança da contratação, em razão de que não é plausível e razoável a permissão no Edital do processo licitatório de participação de empresas que não apresentem o mínimo de experiência na execução dos serviços objeto do processo licitatório. Assim, por se tratar de projeto de grande importância, que subsidiará outro grande projeto com valor significativo, é necessário que a empresa licitante possua e comprove, além da capacitação técnica de seus profissionais, experiência anterior na execução de serviços de porte compatível com o objeto da licitação;

8.4.3- A comprovação de experiência anterior da empresa é necessária, pois a execução desse tipo de serviço exige da empresa a capacidade de desempenhar diversas atividades: o adequado provimento de materiais e mão de obra; a mobilização de profissionais; a capacidade de subcontratação e coordenação de outras empresas, quando for o caso, e se o contratante assim o permitir; a gestão administrativa e comercial do serviço. Todas estas exigências recaem na



empresa, pessoa jurídica, como organização empresarial, e não podem ser supridas apenas com a experiência técnica dos profissionais;

#### 8.5- Qualificação Econômico-financeira:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, acompanhado da CHP- Declaração de Habilitação Profissional, já exigíveis e apresentados na forma de lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03(três) meses da data de apresentação da proposta.
- b) Comprovação, através das demonstrações contábeis, de que possui os seguintes índices financeiros:

$ILG \geq 1,0$  obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

Sendo:

ILG = índice de liquidez geral

AC = ativo circulante

PC = passivo circulante

RLP = realizável a longo prazo

ELP = exigível a longo prazo

- c) Comprovar capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% do valor estimado da contratação, na forma dos §§ 2º e 3º, art. 31 da Lei 8.666/93.
- d) Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede de pessoa jurídica, com data não excedente a 60(sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da Proposta de Preço;
- e) Certidão da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

8.5.1 – No caso de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, o balanço patrimonial poderá ser substituído pela última declaração de imposto de renda da pessoa jurídica.

## 9. DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO

9.1. Nos dias, horários e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, serão recebidos os credenciamentos e, em seguida, aberta pelo Pregoeiro a Sessão Pública com o recebimento da **Declaração que cumpre os requisitos de habilitação e dos envelopes Proposta e Documentação**.

9.2. Declarada a abertura da sessão pelo pregoeiro, não mais serão efetivados novos credenciamentos e nem serão recebidos novos envelopes, procedendo-se, na sequência, à abertura dos envelopes de Propostas para verificação dos requisitos estabelecidos neste Edital, devendo ser classificadas para a etapa competitiva, ou seja, fase de lances verbais, somente aquelas que atenderem plenamente a esses requisitos.



9.3. O Pregoeiro dará ciência aos presentes do recebimento dos envelopes nº 01 e nº 02 dos interessados ausentes, previamente encaminhados ao Pregoeiro.

9.3.1. Os envelopes dos interessados ausentes deverão estar acompanhados da **Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação** de que trata o item 3.2, sendo que tal declaração não deverá vir inserida nos envelopes 01 e 02.

9.4. Ao prosseguir, o Pregoeiro classificará a licitante autora da proposta de menor preço e todas aquelas com preços sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) em relação ao menor preço, dispostos em ordem crescente, para que os representantes das licitantes participem da etapa de lances verbais.

9.5. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem decrescente dos preços para efeito de lance.

9.6. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições fixadas no item 9.4, poderão os autores das melhores propostas até o máximo de 03 (três), oferecerem novos lances verbais, sucessivos e decrescentes, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.7. Para oferta de novos lances verbais e sucessivos, o Pregoeiro convidará individualmente o autor da proposta de maior preço e as demais em ordem decrescente de valor.

9.8. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante desta fase do certame. Valerá para o julgamento o valor da proposta escrita ou, sendo o caso, o valor do último lance ofertado.

9.9. O encerramento da fase competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.10. Dos lances ofertados não caberá desistência.

9.11. Analisadas as propostas apresentadas e concluída a etapa de lances verbais, a classificação final dar-se-á pela ordem crescente dos preços, observando-se, quando aplicável, a Lei Complementar nº123/2006.

9.12. Aceita a proposta de menor preço, será aberto o envelope Documentação, contendo os documentos de habilitação da licitante que a tiver formulado, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 8 – DA DOCUMENTAÇÃO – deste Edital.

9.13. Caso a licitante classificada em 1º (primeiro) lugar seja inabilitada, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação e assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos do Edital e seus Anexos.

9.14. Nas situações previstas nos subitens 9.11 e 9.13, poderá o Pregoeiro, ainda, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9.15. Verificado o atendimento das exigências fixadas neste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro irá declarar a licitante vencedora, abrindo, em seguida, oportunidade às demais licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso.

9.16. No julgamento das propostas será considerada vencedora a proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL**, desde que atendidas todas as condições deste Edital e de seus Anexos.

9.17. Não havendo manifestação de interesse na interposição de recurso, a adjudicação do objeto deste PREGÃO à licitante, cuja proposta seja considerada vencedora, será por item.

9.18. A ausência da licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracteriza renúncia ao direito de recorrer.

9.19. Quando todas as propostas forem desclassificadas ou quando todas as licitantes forem inabilitadas, o Pregoeiro(a) poderá fixar-lhes o prazo para apresentação de novas propostas ou novos documentos, nos termos do parágrafo terceiro do art. 48 da Lei 8.666/93.





9.19.1. Serão exigidas para reapresentação apenas as documentações incorretas.

9.20. Da Sessão Pública, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio designada e por todas as licitantes presentes.

## **10. INSTRUÇÃO E NORMAS PARA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS**

10.1. A licitante que pretender impugnar os termos deste Edital deverá fazê-lo através de expediente dirigido à Seção de Licitações, observada a antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para realização da Sessão do Pregão.

10.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

10.3. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a licitante que não o fizer no prazo previsto no item 10.1 deste Edital, não revestindo natureza de recurso as irresignações apresentadas pelas licitantes que, tendo aceitado sem objeção o instrumento convocatório, venha, após julgamento desfavorável, alegar falhas ou irregularidades que o viciaram.

10.4. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhe assegurado vista imediata dos autos.

10.4.1. As razões do recurso e as contra-razões, se houver, deverão ser endereçadas ao Pregoeiro que praticou o ato recorrido.

10.5. Julgado improcedente o recurso, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

10.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.7. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante, na Sessão, importará DECADÊNCIA do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

10.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no Setor de Licitações desta Prefeitura, no horário de 12:00 às 17:00 horas.

## **11. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS**

11.1. Após a homologação do resultado do certame pelo Pregoeiro desta Prefeitura, a empresa declarada vencedora do certame firmará CONTRATO com esta Prefeitura do qual farão parte todas as condições previstas neste Edital e seus Anexos, independentemente de transcrição.

11.2. O prazo para a assinatura do CONTRATO será de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da convocação formal da empresa declarada vencedora do certame.

11.3. O prazo dos serviços no contrato será de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua assinatura.

11.4. A Contratante comunicará oficialmente à Contratada a data agendada para o início dos serviços, observada a periodicidade estabelecida no do Termo de Referência. .

11.5. **COMO CONDIÇÃO PARA A ASSINATURA DO CONTRATO** será exigido da adjudicatária:





11.5.1. Indicação de preposto com poderes para supervisão dos serviços contratados (números de telefone, e-mail e endereço para contato).

11.6. A Contratada será responsável por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto licitado.

11.7. A Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do objeto da presente licitação.

11.8. A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação.

11.9. Demais condições contratuais encontram-se na Minuta de Contrato.

## **12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto deste Edital de Pregão, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificado abaixo, sendo alocado o valor de R\$144.800,00.

PROGRAMA DE TRABALHO: 21.01.10.302.0061.2198- despesa 1940

ELEMENTOS DE DESPESA: 44.90.51.00.00.00.00

## **13. DO PAGAMENTO**

13.1- O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30(trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplimento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

13.2- O pagamento somente ocorrerá após o atesto do servidor competente pela fiscalização da execução do contrato na nota fiscal apresentada.

13.3- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.4- Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.4.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.4.2. **OS SERVIÇOS** objeto da presente licitação serão de acordo com o Termo de Referência anexo;

13.5. O pagamento será creditado em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Edital.



13.6. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

13.7. A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o ATESTO a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura corrigida.

13.8. O pagamento fica condicionado à prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, a Previdência Social e junto ao FGTS.

13.9. A compensação financeira é admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Administração, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso. É devida desde a data limite fixada no contrato para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela.

#### **14. DAS PENALIDADES**

14.1. O não cumprimento injustificado pela contratada de quaisquer das obrigações, dentro dos prazos estabelecidos neste Edital, sujeita-la-á às penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520/02.

14.2. A Prefeitura utilizará nas aplicações de multa os seguintes parâmetros:

14.2.1. Nas inexecuções totais: multa indenizatória de até 30 % (trinta por cento) sobre o valor global do contrato.

14.2.2. Nas inexecuções parciais: multa indenizatória de no mínimo 10% (dez por cento) e no máximo 30% (trinta por cento) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida ou sobre o valor da adjudicação, esse último nos seguintes casos específicos:

a) Não entrega de documentação exigida no Edital.

b) Apresentação de declaração ou documentação falsa.

c) Não manutenção da proposta.

d) Comportamento inidôneo.

e) Realização de fraude fiscal.

14.2.3. Atrasos injustificados na execução do contrato: multa de mora diária de 0,3% (três décimos por cento), calculada à base de juros compostos, sobre o valor da obrigação inadimplida, limitada a 30% (trinta por cento) do valor da obrigação.

14.3. O prazo para pagamento de multa indenizatória será de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da intimação.

#### **15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1. O esclarecimento de dúvidas sobre o presente Edital poderá ser requerido, por escrito, ao Pregoeiro Municipal da Prefeitura Municipal de Paracambi.

15.2. Os documentos requeridos para esta licitação, poderão ser apresentados pela proponente, quando fornecidos por terceiros, sob a forma de cópia autenticada, produzida por qualquer processo de reprodução, excetuando-se papel termossensível para aparelho fac-símile, face a sua instabilidade.



**Estado do Rio de Janeiro**  
**Prefeitura municipal de Paracambi**  
**Comissão Permanente de Licitação**



- 15.3. Os documentos que forem de emissão da própria proponente, deverão ser datilografados em papel timbrado da licitante, com o registro do número desta licitação, datados e assinados por seus representantes legal ou preposto legalmente estabelecido.
- 15.4. A exibição do documento original à Comissão Permanente de Licitações, dispensa a autenticação, em cartório, da cópia apresentada.
- 15.5. O representante credenciado da licitante deverá comparecer ao ato licitatório munido de documento hábil que o identifique.
- 15.6. Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista no presente Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.
- 15.7. A Prefeitura Municipal de Paracambi poderá revogar ou anular esta Licitação, no seu todo ou em partes, nos termos do artigo 49 da Lei n.º 8.666/93.
- 15.8. Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame, o Foro competente é o da Comarca do Município de Paracambi, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.
- 15.9. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 15.10. Após apresentação da proposta, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 15.11. É facultada a apresentação dos documentos exigidos no Item 8.1.1 (contrato social), quando estes já tiverem sido apresentados no credenciamento.
- 15.12. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.
- 15.13. Alterar as condições deste Edital, seus anexos e qualquer documento pertinente a este certame, desde que fixe novo prazo, não inferior a 8 (oito) dias úteis, para abertura das propostas, a contar da publicidade das alterações, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 15.14. No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 15.15. As decisões do Pregoeiro somente serão consideradas definitivas depois de homologadas pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

Paracambi, 22 de agosto de 2015.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DA SILVA

Pregoeiro Municipal



## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

O presente documento foi elaborado em conformidade com estabelecido na Lei nº 8.666/1993, contendo os elementos capazes de propiciar uma avaliação clara, concisa e objetiva, pela administração pública, do custo e pertinência da contratação.

Este Termo de Referência visa ainda esclarecer aos participantes da licitação quanto aos seus direitos e obrigações, identificando os tipos de serviços a executar e estabelecendo as diretrizes gerais para sua execução, definindo critérios de execução, materiais e equipamentos a incorporar aos serviços, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento.

Todas as exigências da Contratante contidas neste Termo de Referência serão consideradas como de conhecimento dos participantes da licitação, fixando as normas a serem observadas e definindo as especificações técnicas que orientarão o desenvolvimento dos serviços.

A contratada (pessoa jurídica ou pessoa física) deverá fazer um reconhecimento prévio dos locais de trabalho, não se admitindo reclamações posteriores sobre dificuldades encontradas na execução dos serviços.

O levantamento deverá se basear nas referências indicadas no anexo 2 da Lei Municipal nº 863, de 01 de novembro de 2007.

#### **1. OBJETO**

- 1.1 Contratação de serviços técnico-profissionais especializados para execução dos serviços, abaixo listados, em conformidade as Normas Técnicas Brasileiras, no local destinado a funcionar o "Centro Municipal de Especialidades, Diagnóstico e Fisioterapia":
  - 1.1.1. Avaliação Estrutural com emissão de laudo técnico assinado por profissional qualificado com respectiva ART e retirada de amostras de concreto para verificação de resistência;
  - 1.1.2. Levantamento de situação e elaboração de Projeto Executivo das Instalações elétricas, telefônicas, dados e TV, dimensionando novos circuitos, entrada de luz, entrada de força de energia e de grupo de motor gerador com plantas assinadas por profissional qualificado e respectivo ART identificado;
  - 1.1.3. Levantamento de situação e elaboração de Projeto executivo das Instalações hidrossanitárias, apresentando dimensionamento das tubulações, dos reservatórios de água e sistema de fossas filtros, com plantas devidamente assinada por profissional habilitado e respectivo ART identificado;
  - 1.1.4. Levantamento de situação e elaboração de Projeto Executivo do Sistema de Climatização e exaustão mecânica, apresentando dimensionamento das redes de dutos, das unidades refrigerantes e do sistema de exaustão, indicando, ainda, a localização das condensadoras e evaporadoras e dutos de exaustão, com plantas devidamente assinadas por profissional habilitado;
  - 1.1.5. Elaboração de Projeto Executivo da Blindagem para equipamentos de Raio X.
- 1.2 Os desenhos referentes aos projetos serão fornecidos em AUTOCAD, com detalhes necessários, e em plotagem com três cópias por Projeto;
- 1.3 O objeto desta contratação poderá sofrer acréscimos ou supressões, nos termos e nos limites previstos no art. 65, da Lei nº. 8.666/93, alterado pela Lei nº. 9.648/98;

#### **2. OBJETIVO**

Contratar equipe especializada para elaboração de Projetos Complementares conforme especificações do Parecer Técnico de ajuste de Plano de Trabalho nº 261 DIREF/CGAC/FNS, emitido pelo Ministério da Saúde, visando Implantar o "Centro Municipal de Especialidades, Diagnósticos e Fisioterapia".

#### **3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E METODOLOGIAS DE TRABALHO**



3.1 A Contratada deverá executar os serviços expressamente relacionados a seguir, assim como todos aqueles necessários à plena execução do objeto deste Termo de Referência:

- a) Mobilização dos equipamentos necessários à execução dos serviços, incluindo fornecimento de água, frete, deslocamentos de equipamentos (dentro ou fora do terreno) e guarda de equipamentos e materiais;
- b) Suprir o serviço de transporte de equipe, ferramentas e mão de obra, necessárias à execução dos serviços e que possibilitem imprimir andamento aos trabalhos, suficiente para conclusão no prazo contratado;
- c) Proceder nos serviços necessários observando normas gerais e específicas pertinentes;
- d) Fornecer aos funcionários todos os equipamentos de proteção individual de uso obrigatório exigido pela legislação, de conformidade com a natureza dos serviços que serão executados por cada membro da equipe;
- e) Caso seja necessário, fornecer e instalar, no local de execução dos serviços, eventuais placas exigidas pelos órgãos locais de fiscalização e licenciamento, sem ônus para a Contratante;
- f) As execuções dos serviços serem dirigidas por Profissionais devidamente inscritos no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), que deverá apresentar, no início dos serviços, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica ART.
- g) Ao término dos trabalhos de campo a contratada deverá apresentar memorial descritivo detalhado contendo a metodologia adotada, as precisões atingidas e a aparelhagem utilizada, bem como apresentar relatório fotográfico e anexar todas as cadernetas de campo, planilhas de cálculo e outros elementos de interesse;
- h) As plantas, os relatórios técnicos e as fotos serão entregues impressos e assinados pelo profissional responsável técnico. Todos os serviços (planta, memorial e fotos) deverão ser também gravados em CD-ROM, que será entregue juntamente com o material impresso. Os arquivos em meio magnético deverão ser apresentados nos seguintes formatos: plantas em AutoCAD, memorial descritivo em MS Word e fotos em extensão jpeg;

#### **4. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1 O comprometimento da Administração Pública Municipal com as diretrizes traçadas para o serviço público, como um todo, vem fazendo com que esta atue no sentido de otimizar a aplicação de seus recursos, na busca de obter o melhor resultado com o menor dispêndio possível;

4.2 O benefício direto da contratação dos serviços é implantar no Município o 'Centro Municipal de Especialidades, Diagnósticos e Fisioterapia em área própria, localizada na Guarajuba, Município de Paracambi,

4.3 A necessidade da contratação do serviço evidencia-se pela inexistência na Prefeitura Municipal de Paracambi, de corpo técnico especializado na execução dos serviços descritos neste Termo de Referência.

#### **5. LOCALIDADE DO SERVIÇO**

Os serviços serão realizados em área própria, no bairro Guarajuba, município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro.

#### **6. HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços serão prestados em horário comercial e extraordinário quando avaliada necessidade pela equipe técnica em conjunto com a Prefeitura, ficando a cargo da empresa remuneração normal e extra dos seus funcionários.

#### **7. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA**

As despesas decorrentes da execução do Contrato a ser firmado correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

21. Fundo Municipal de Saúde;

0061. Paracambi Saudável;



0061.2198. Implantação do Sistema Hospitalar Municipal e as Unidades de Referência das Especialidades.

## **8. ROTINA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

8.1. Frequência e Periodicidade: Os serviços serão executados diariamente, em horário comercial e extraordinariamente em outros horários, durante noventa dias (90), podendo ser prorrogado por mesmo período, desde que justificado os motivos;

8.2. Ordem de Início: A ordem de início será emitida pelo Secretário Municipal de Saúde, ficando a empresa contratada com a obrigação de mobilizar e iniciar os serviços em um prazo de dez (10) dias úteis, após o recebimento deste.

## **9. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE**

9.1. A metodologia de avaliação se dará através de fiscalização a ser exercida por servidor da Secretaria Municipal de Saúde;

9.2. O fiscal solicitará, periodicamente, relatórios e diários de Serviços;

## **10. CUSTO ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO**

Estima-se, para contratação deste serviço, o valor global de R\$144.800,00 (cento e quarenta e quatro mil e oitocentos reais).

## **11. CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO**

O pagamento será feito de acordo com medições e com o aceite do fiscal, devendo constar no processo de pagamento, além da nota fiscal devidamente atestada, o relatório, diários de serviços e relatório fotográfico.

## **12. DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

A execução dos serviços deverá atender, além das disposições contidas neste Termo de Referência, as normas e práticas complementares relacionadas, principalmente, a segurança e bem estar do funcionário, prevenção a impactos ambientais e observância as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais aplicáveis ao objeto do contrato.

## **13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

13.1 Será exigida, no processo licitatório, a comprovação de capacitação técnica das interessadas em participar do certame. A comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da licitação será feita através de pelo menos um atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado;

13.2 A exigência de comprovação de experiência anterior da licitante é imprescindível e pertinente para a segurança da contratação, em razão de que não é plausível e razoável a permissão no Edital do processo licitatório de participação de empresas que não apresentem o mínimo de experiência na execução dos serviços objeto do processo licitatório. Assim, por se tratar de projeto de grande importância, que subsidiará outro grande projeto com valor significativo, é necessário



que a empresa licitante possua e comprove, além da capacitação técnica de seus profissionais, experiência anterior na execução de serviços de porte compatível com o objeto da licitação;

13.3 A comprovação de experiência anterior da empresa é necessária, pois a execução desse tipo de serviço exige da empresa a capacidade de desempenhar diversas atividades: o adequado provimento de materiais e mão de obra; a mobilização de profissionais; a capacidade de subcontratação e coordenação de outras empresas, quando for o caso, e se o contratante assim o permitir; a gestão administrativa e comercial do serviço. Todas estas exigências recaem na empresa, pessoa jurídica, como organização empresarial, e não podem ser supridas apenas com a experiência técnica dos profissionais;

#### **14. PROPOSTA COMERCIAL**

14.1. Na proposta apresentada pelo interessado para execução dos serviços deverão estar devidamente detalhados todos os serviços previstos, discriminados por quantidades, preços unitários e preços globais;

14.2. O licitante deve elaborar a sua proposta com base nas especificações deste Termo de Referência, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de serviços, de quantitativos, dos custos e tudo mais que for necessário para o cumprimento total das obrigações decorrentes da execução do objeto deste Termo de Referência.

#### **15. FISCALIZAÇÃO**

15.1. Será designado pela Secretaria Municipal de Saúde o representante da Administração Pública responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços contratados, bem como os funcionários responsáveis pela atestação das notas fiscais e faturas correspondentes, nos termos do artigo 67 da Lei no 8.666, de 1993;

15.2. A fiscalização será exercida no interesse da Contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos;

15.3. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por representante da Contratante, designado para acompanhar o serviço, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos;

15.4. A Contratada, por intermédio de seus representantes e prepostos, prestará as informações e esclarecimentos necessários, sempre que solicitados pela Fiscalização;

15.5. Quaisquer exigências da Contratante e seus representantes, inerentes ao fiel cumprimento do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada.

#### **16. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

16.1. A Contratada deverá iniciar a execução dos serviços até dez (10) dias úteis após o recebimento da ordem de início, adotando todas as providências relativas à mobilização de pessoal, equipamentos e instalações que atendam as necessidades do serviço;

16.2. A Contratante poderá suspender os serviços em execução, total ou parcialmente, sempre que por motivo justificado julgar necessário, cabendo-lhe, ainda, determinar o seu reinício;

16.3. Quaisquer casos de omissão ou dúvidas neste Termo de Referência deverão ser formalmente apresentados pelo responsável técnico pela execução dos serviços à apreciação da Fiscalização. Nenhuma modificação ou trabalho adicional será executado pela Contratada sem a prévia e expressa autorização da Fiscalização, respeitadas todas as disposições e condições contratualmente estabelecidas;





16.4. Se a contratada recusar, demorar, negligenciar ou deixar de eliminar as falhas, vícios, defeitos ou imperfeições apontadas, a Contratante poderá efetuar os reparos e substituições necessárias, seja por meios próprios ou de terceiros, transformando os custos decorrentes, independentemente do seu montante, em dívida líquida e certa da Contratada;

16.5 Sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, a Contratada poderá, durante a execução do Contrato, subcontratar parte dos serviços, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total contratado;

16.6. A subcontratação não traz prejuízo às responsabilidades legais e contratuais da Contratada;

## **17. ENCARGOS DA CONTRATANTE**

17.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93 são obrigações da contratante:

17.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

17.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

17.1.3. Notificar ao Contratado, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, inclusive quanto a defeitos no seu objeto, determinando sua regularização e fixando prazo para a sua correção;

17.1.4. Efetuar pagamento à Contratada no valor resultante da prestação do serviço, nas parcelas e valores estipulados neste Termo de Referência;

17.1.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços do Contratado;

17.1.6. Atestar as Notas Fiscais apresentadas pela contratada e efetuar os pagamentos devidos;

17.1.7. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações do mesmo;

17.1.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

## **18. ENCARGOS DA CONTRATADA**

18.1. Os serviços, objeto do presente Termo de Referência serão executados pela contratada, obedecendo ao disposto no respectivo instrumento convocatório e seus anexos, condizente com a Lei nº 8.666, de 1993;

18.2. A contratada obriga-se, ainda, a:

I. Realizar os serviços durante o prazo previsto neste termo;

II. Prestar todos os esclarecimentos eventualmente solicitados pela contratante;

III. Pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os serviços prestados;

IV. Responsabilizar-se pelos danos causados à administração ou a Terceiros, quando da prestação dos serviços;

V. Assumir todos os encargos sociais, trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais resultantes da execução contratual, bem como por eventuais demandas de caráter cível ou penal;

VI. Manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e na contratação correspondentes, devendo comunicar à Administração, por escrito, qualquer normalidade de caráter urgente e prestar esclarecimentos julgados necessários;



VII. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias na contração objeto da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato;

VIII. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade que atenda eficientemente este Termo de Referência;

IX. Reparar, corrigir, reconstruir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

X. Responsabilizar-se, durante o horário previsto para a execução dos serviços, pela preservação do local e dos pertences ali depositados;

XI. Utilizar, na execução do objeto do Contrato, somente pessoal em situação trabalhista, previdenciária e securitária regulares, bem como observar as normas que dispõem sobre segurança e medicina do trabalho, assim como as de boa conduta profissional, quando nas instalações do Contratante;

XII. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

XIII. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI;

XIV. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão ao local de execução do serviço;

XV. Comunicar à Fiscalização do Contrato, por escrito, toda e qualquer anormalidade verificada no decorrer da prestação dos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

XVI. Obter todas as licenças, aprovações e franquias eventualmente necessárias à execução dos serviços contratados, pagando as suas expensas os respectivos emolumentos e taxas e obedecendo às leis, regulamentos e posturas referentes aos serviços e à segurança pública, obrigando-se a pagar as multas porventura impostas por esses órgãos;

XVII. Cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelos demais órgãos competentes, que abranjam os serviços contratados.

## **19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes sanções administrativas, garantida prévia defesa:

I. Advertência;

II. Multas:

a) **Multa compensatória** 5% (cinco por cento) sobre a parcela inadimplida do Contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição nele estabelecida;

b) **Multa compensatória** de 10% (dez por cento) sobre o valor dos serviços não executados, no caso de inexecução parcial do contrato;

c) **Multa compensatória** de 1,0% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição contratual não especificada nas alíneas “a” e “b” deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;



**Estado do Rio de Janeiro**  
**Prefeitura municipal de Paracambi**  
**Comissão Permanente de Licitação**



d) Multa **compensatória** de 10,0% (dez por cento) sobre a parcela inadimplida do contrato em caso de recusa em efetuar a correção, caracterizando a recusa caso a correção não se efetivar nos 10 dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição ou defeito;

e) Multa **compensatória** de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de sua rescisão por ato unilateral da Administração, motivado por culpa da Contratada, não se eximindo a mesma das demais sanções cabíveis.



## **ANEXO II**

### **PREGÃO Nº**

#### **MODELO DAS PROPOSTAS-DETALHE/PREÇOS**

<b>Item</b>	<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Dotação</b>	<b>Unidade</b>	<b>Qtde</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Total</b>
08	287659	Serviço técnico-profissionais especializados para elaboração dos projetos executivos: Avaliação Estrutural, Levantamento de Situação de Instalações elétricas e lógicas, Levantamento de situação de hidrosanitária, Levantamento Situação das Instalações, Levantamento dos sistemas de climatização e da blindagem para equipamentos de raio X, todos os projetos em AUTOCAD, conforme termo de referência em anexo. /	1940	Unidade	01		



**Estado do Rio de Janeiro**  
**Prefeitura municipal de Paracambi**  
**Comissão Permanente de Licitação**



### **ANEXO III**

#### **DECLARAÇÃO PARA FINS DO DISPOSTO NO INCISO V DO ART 27 DA LEI 8.666/93**

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o Sr. \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e (assinalar com "X", conforme o caso):

- ( ) não emprega menor de dezesseis anos.
- ( ) emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Local, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2015

\_\_\_\_\_  
Representante legal da empresa



## **ANEXO IV**

### **DECLARAÇÃO DE ME OU EPP**

Paracambi, de de 2015

À

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua Juiz Emílio Carmo- 71- Paracambi- Centro

\_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ-MF sob o nº \_\_\_\_\_, vem, por intermédio de seu representante legal (o) Sr \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da Lei, que é MICRO EMPRESA, que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 e 45 da mencionada lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

---

Assinatura do representante legal



## **ANEXO V**

**Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação.**

### **DECLARAÇÃO**

Nós, da empresa, \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, sediada à rua \_\_\_\_\_, afirmamos de que estamos cientes de todos os termos do edital PREG \_\_\_\_\_, PROC. \_\_\_\_\_, da Prefeitura Municipal de Paracambi, e ainda, que cumprimos a todas exigências contidas no mesmo.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**Representante legal da empresa**

**Ident:**

**CPF:**





## **ANEXO VI**

# **MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO REFERENTE AO PROCESSO DE LICITAÇÃO: /2015

### **MODALIDADE: PREGÃO**

**Processo Administrativo: /2015**

**Contratante:** Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, nº 50, no Centro deste Município, inscrita no CGC/MF sob nº 29138294/0001-02, representada pelo Gestor do Fundo o Dr. Educardo Herrera R de Almeida, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado à xxxxxxxxxxxxxxxx, portador da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxx.

**Contratado:** ....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº ....., sediada à ....., Bairro ....., CEP ....., neste ato representado pelo Sócio Diretor Sr. ...., portador da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF/MF nº .....

*Nos termos da proposta da Empresa ....., estabelecemos Contrato de Prestação de Serviços para assim atender ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro, conforme termo de referência, proposta vencedora do julgamento estabelecido pela Comissão de Licitação no Pregão nº. ..../15, devidamente homologado pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde em ....., O Contrato será regido nos termos do Edital de Licitação e mediante as Cláusulas e condições a seguir:*

### **Cláusula Primeira**

#### **Do Objeto**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS TÉCNICO PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS: AVALIZAÇÃO ESTRUTURAL, LEVANTAMENTO DE SITUAÇÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E LÓGICAS, LEVANTAMENTO DE SITUAÇÃO DE HIDROSANITÁRIA, LEVANTAMENTO DE SITUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES, LEVANTAMENTO DOS SISTEMAS DE CLIMATIZAÇÃO E DA BLINDAGEM PARA EQUIPAMENTOS DE RAIOS X, TODOS OS PROJETOS EM AUTOCAD, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

### **Cláusula Segunda**

#### **Das Obrigações da Contratada**



São obrigações da CONTRATADA, além de outras que lhe decorem da Lei, do Contrato, da natureza e especificações dos serviços, da sua proposta e de outras disposições deste instrumento:

I - Conduzir e executar os serviços de acordo com as normas técnicas pertinentes e com rigorosa observância dos termos do presente contrato, das especificações respectivas e da proposta oferecida;

II - Prover a execução dos serviços com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, previamente aprovado pelo CONTRATANTE, submetendo à aprovação deste quaisquer alterações de equipe destacada para aquela execução;

III - Manter, na vigência deste Contrato e enquanto for exigível qualquer obrigação dele decorrente ou a ele relativa;

IV - Substituir qualquer membro da equipe de trabalho, sempre que solicitada a substituição pelo CONTRATANTE, em 24 (vinte e quatro) horas contadas do recebimento da solicitação;

V - Corrigir e rever, sem qualquer ônus para CONTRATANTE e sem alteração do prazo e demais condições do presente Contrato, as falhas ou defeitos verificados na execução ou conclusão dos serviços;

VI - Correrão por conta da contratada todos os reparos que se fizerem necessários nos locais eventualmente afetados em decorrência da execução dos serviços;

VII- A Empresa deverá contemplar na sua proposta todos os impostos e taxas pertinentes, não cabendo qualquer outro custo adicional para os serviços prestados;

IX- Fornecer, sempre que solicitado pela Administração, informações e/ou esclarecimentos, através de mapas e relatórios, relativos aos objetivos da presente licitação;

XI- Executar os serviços, verificações técnicas e reparos por meio de técnicos comprovadamente especializados, responsabilizando-se pela má atuação dos mesmos, bem como pela estadia, alimentação ou quaisquer outras despesas dos mesmos;

XII- Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, seja por motivo de férias, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão qualquer relação de emprego com a PMP, sendo de exclusiva responsabilidade da Empresa prestadora de serviço as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas, fiscais e previdenciários;

### **Cláusula Terceira**

#### **Dos Recursos Financeiros**



As despesas com a execução dos serviços correrão a conta da dotação funcional programática ..... – do Fundo Municipal de Saúde ....., conforme a nota de empenho nº ...../2015.

#### **Cláusula Quarta**

##### **Da Fiscalização**

A fiscalização da execução dos serviços competirá ao Fundo Municipal de ....., ao qual reconhece a CONTRATADA autoridade para dirimir quaisquer casos particulares de dúvidas ou omissões deste Contrato ou das especificações dos serviços, assim para impor penalidades previstas, como de sua competência, em Lei ou neste instrumento.

**Parágrafo Primeiro:** A CONTRATADA declara submeter-se às condições, métodos e processos de inspeção, verificação, controle e correção adotados pela fiscalização da CONTRATANTE, obrigando-se a lhe fornecer todos os dados, informações, esclarecimentos ou comunicações necessárias, ao exercício da fiscalização.

**Parágrafo Segundo:** A existência, presença e atuação da fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade legal e contratual da CONTRATADA, nem a dispensa de manter controle próprio da execução do Contrato.

#### **Cláusula Quinta**

##### **Da Rescisão**

A rescisão contratual poderá ser:

I - Determina por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

II - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração e judicial nos termos da legislação - art. 79, incisos I e II da Lei Federal nº 8.666/93;

III - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

IV - A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei federal nº 8.666/93.

#### **Cláusula Sexta**

##### **Das Obrigações da Contratante**

I - Efetuar, observadas as condições estipuladas neste contrato, o pagamento devido à CONTRATADA;

II - Fornecer à CONTRATADA os documentos e informações necessárias a execução dos serviços, dando-lhe acesso ao local dessa execução;



III - Fiscalizar a execução dos serviços e o cumprimento deste contrato.

### **Cláusula Sétima**

#### **Do Preço e Condições de Pagamento**

O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30(trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplimento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

I- O pagamento somente ocorrerá após o atesto do servidor competente pela fiscalização da execução do contrato na nota fiscal apresentada.

II- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

III- Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

IV- **OS SERVIÇOS** objeto da presente licitação serão de acordo com o Termo de Referência anexo;

V- O pagamento será creditado em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Edital.

VI- O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

VII- A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o ATESTO a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura corrigida.

VIII- O pagamento fica condicionado à prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, a Previdência Social e junto ao FGTS.

XI- A compensação financeira é admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Administração, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso. É devida desde a data limite fixada no contrato para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela.

### **Cláusula Oitava**

#### **Dos Prazos**

O prazo dos serviços será de acordo com o Termo de Referência, a partir da assinatura do Contrato;

### **Cláusula Nona**

#### **Da Responsabilidade e Penalidades**



I- O não cumprimento injustificado pela contratada de quaisquer das obrigações, dentro dos prazos estabelecidos neste Edital, sujeita-la-á às penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520/02.

II- A Prefeitura utilizará nas aplicações de multa os seguintes parâmetros:

II.1. Nas inexecuções totais: multa indenizatória de 30 % (trinta por cento) sobre o valor global do contrato.

II.2. Nas inexecuções parciais: multa indenizatória de no mínimo 10% (dez por cento) e no máximo 30% (trinta por cento) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida ou sobre o valor da adjudicação, esse último nos seguintes casos específicos:

a) Não entrega de documentação exigida no Edital.

b) Apresentação de declaração ou documentação falsa.

c) Não manutenção da proposta.

d) Comportamento inidôneo.

e) Realização de fraude fiscal.

II.3. Atrasos injustificados na execução do contrato: multa de mora diária de 0,3% (três décimos por cento), calculada à base de juros compostos, sobre o valor da obrigação inadimplida, limitada a 30% (trinta por cento) do valor da obrigação.

III. O prazo para pagamento de multa indenizatória será de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da intimação.

IV. Por força do presente contrato e da legislação de regência da matéria, a CONTRATADA se reconhece responsável pelo fiel cumprimento das obrigações aqui assumidas, respondendo pelos prejuízos que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços, diretamente ou por seus prepostos e empregados, bem como de qualquer agente que, por sua conta, intervir ou for utilizado naquela execução, sujeitando-se à cobrança regressiva de todo e qualquer ônus porventura imposto a CONTRATANTE, em razão de danos a terceiros.

**Parágrafo único:** Responde, ainda exclusivamente e diretamente, a CONTRATADA por todas as obrigações trabalhistas, sociais, fiscais secundárias e previdenciárias relacionadas ao presente contrato ou vinculadas à sua execução, porventura envolvidos nessa execução, obrigando-se a manter o CONTRATANTE a salvo de quaisquer exigências, reclamações ou demandas atinentes a tais obrigações, a cuja cobrança regressiva, igualmente, estará sujeita a CONTRATADA, caso impostas ao CONTRATANTE.

### **Cláusula Décima**

#### **Dos Direitos do Contratante**

São prerrogativas da CONTRATANTE as previstas no art. 58 da Lei n.º 8.666/93, que as exercerá nos termos das normas referidas neste Contrato.

### **Cláusula Décima Primeira**

#### **Da Cessão ou da Transferência**

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.



**Estado do Rio de Janeiro**  
**Prefeitura municipal de Paracambi**  
**Comissão Permanente de Licitação**



## **Cláusula Décima Segunda**

### **Da Publicação do Contrato**

Após a assinatura deste contrato, a CONTRATANTE providenciará a publicação deste termo em extrato em jornal de circulação no Município.

## **Cláusula Décima Terceira**

### **Do Foro**

Fica eleito o Foro da Comarca de Paracambi, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente contrato, renunciando as partes contratantes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais especial ou privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas.

Paracambi/RJ .... de ..... de .....

Eduardo Herrera R de Almeida

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Contratante

**1Contratado**

Testemunhas:

---

---



## ANEXO VII

### Modelo de Declaração de Fatos Supervenientes

#### DECLARAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_, CNPJ ou CIC nº \_\_\_\_\_, sediada (endereço completo) \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que até a presente data *inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.*

(a) \_\_\_\_\_

**nome e número da identidade do declarante**